

Um parecer de segunda opinião (SPO) da S&P Global inclui a opinião da S&P Global Ratings sobre se a documentação de um instrumento, estrutura ou programa de financiamentos sustentáveis, ou uma transação de financiamento, está alinhada com determinados princípios de financiamentos sustentáveis publicados por terceiros. Determinadas SPOs também podem fornecer a nossa opinião sobre como os fatores de sustentabilidade mais relevantes do emissor são abordados pelo financiamento. Um SPO proporciona uma opinião pontual, refletindo as informações que nos foram fornecidas no momento em que o SPO foi elaborado e publicado, e não é monitorado. Não assumimos nenhuma obrigação de atualizar ou complementar o SPO para refletir quaisquer fatos ou circunstâncias que possam chegar ao nosso conhecimento no futuro. Um SPO não é um rating de crédito e não considera a qualidade do crédito ou influencia nossos ratings de crédito. Consulte [Abordagem Analítica: Pareceres de Segunda Opinião: Uso de Recursos](#).

Parecer de segunda opinião

Debêntures verdes de R\$ 955 milhões da Concessionária de Saneamento do Amapá S.A.

27 de outubro de 2023

Localização: Brasil

Setor: Concessionária de serviços de utilidade pública de água

Alinhamento com os Princípios Alinhado Parcialmente alinhado Não alinhado

Princípios para Títulos Verdes (GBPs – *Green Bond Principles*) da Associação Internacional do Mercado de Capitais (ICMA), 2021 (com Anexo 1 de junho de 2022)

Consulte a seção [Avaliação de Alinhamento](#) para mais informações.

Analistas principais

Victor Laudisio

São Paulo
victor.laudisio
@spglobal.com

Déborah Siqueira

São Paulo
deborah.siqueira
@spglobal.com

Verde médio

Atividades que representam passos significativos em direção a um futuro LCCR, mas serão necessárias melhorias adicionais para constituírem soluções de longo prazo LCCR.

Nossa [Abordagem Analítica: Avaliações Shades of Green](#) >

Pontos fortes

A Concessionária de Saneamento do Amapá S.A. (CSA) aumentará gradativamente o tratamento de esgoto em uma região rica em biodiversidade. O esgoto atualmente disposto em lagoas no estado do Amapá, onde está localizada parte da floresta amazônica, poderia beneficiar a floresta tropical ao reduzir o excesso de nutrientes na água.

Quase todos os sistemas de água e esgoto existentes da CSA funcionam atualmente com energias renováveis. A CSA compromete-se a manter um mix de energia renovável de 95% à medida que expande a sua rede nos próximos anos.

Os novos sistemas de água da CSA utilizarão captações superficiais com menor impacto ambiental através da instalação de estruturas flutuantes nos rios. A empresa não tem planos de construção de reservatórios e/ou barragens de alto impacto ambiental.

Pontos fracos

A identificação dos riscos climáticos físicos da CSA ainda está nos primeiros passos.

Não há evidências da utilização de cenários de mudanças climáticas de médio ou longo prazo para informar os planos de adaptação da empresa. Consideramos isso uma vulnerabilidade, especialmente dada a atual situação no Amapá, que enfrenta o período de seca mais longo desde 1980. Dos 16 municípios onde a CSA atua, apenas um teve seu abastecimento de água afetado pela estiagem prolongada. Em nossa opinião, tais eventos climáticos agudos não devem afetar materialmente a empresa, visto que 84% do sistema de água tratada da CSA é abastecido pelo Rio Amazonas (maior rede hidrográfica do mundo), bem como devido à presença dos aquíferos Alter do Chão e Barreiras. Por ser um estado costeiro, o Amapá também está exposto ao avanço da cunha salina e o aumento do nível do mar.

Áreas a observar

Emissões e a poluição associadas à aquisição e instalação de equipamentos. Segundo o emissor, a CSA terá como objetivo incorporar as melhores práticas de mercado na triagem de fornecedores com base em critérios de sustentabilidade. No entanto, a empresa ainda não possui um compromisso público sobre o assunto.

A companhia ainda não definiu os controles de emissão de metano para suas estações de tratamento de esgoto existentes e futuras. A CSA está contratualmente obrigada a ampliar gradativamente os serviços de tratamento de esgoto até atingir 90% da população do estado. A empresa não possui controle de metano ou óxido nítrico para o sistema existente. No futuro, a CSA espera desenvolver soluções para transformar o lodo tratado pela instalação em biofertilizantes. As medidas de controle de metano estão atualmente em contínuos

A concessão também traz benefícios sociais, como saúde e bem-estar comunitário decorrentes do tratamento seguro de água e esgoto.

estudos de viabilidade, mas a empresa ainda não confirmou a solução mais provável.

Resumo da Avaliação de Projetos Verdes Elegíveis

Os projetos elegíveis no âmbito da transação de financiamento verde do emissor são avaliados com base nos seus benefícios e riscos ambientais, utilizando a metodologia Shades of Green.

Gestão sustentável de água e esgoto Verde médio a claro

Ampliação e melhorias no sistema de abastecimento de água e de esgotamento sanitário do município de Macapá e pagamento de outorga referente ao contrato de concessão para prestação regionalizada dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário dos 16 municípios do Estado do Amapá.

Consulte a seção [Análise de Projetos Elegíveis](#) para mais informações.

Contexto de Sustentabilidade do Emissor

Esta seção fornece uma análise da gestão de sustentabilidade do emissor e da integração do marco de financiamento na sua estratégia em geral.

Descrição da Empresa

A CSA é uma subsidiária integral de água e esgoto do grupo integrado da concessionária de serviços de utilidade pública Equatorial Energia S.A. (Equatorial; brAAA/Estável/--), que atua principalmente nos setores de distribuição, geração, transmissão e comercialização de energia.

Em setembro de 2021, a Equatorial e a SAM Ambiental e Engenharia apresentaram a proposta vencedora no valor de R\$ 930 milhões para adquirir a concessão para operar os serviços de tratamento de água e esgoto no estado do Amapá pelos próximos 35 anos. O consórcio, no qual a Equatorial detém 80% de participação, começou a operar de forma assistida em dezembro de 2021, enquanto a transferência oficial das operações para a Equatorial aconteceu em julho de 2022. Esta é a primeira operação de tratamento de água e esgoto detida pela Equatorial. A Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Amapá (ARSAP) é responsável por acompanhar a implementação do plano de investimentos (elaborado pelo BNDES no momento do leilão) que será executado pela CSA nos termos do contrato de concessão.

Fatores Materiais de Sustentabilidade

Água

As concessionárias de serviços de utilidade pública de água, águas pluviais e esgoto enfrentam vários desafios de abastecimento, dependendo da sua localização e do seu papel no ciclo de vida da água. Os problemas de abastecimento e qualidade da água podem resultar de múltiplos fatores, incluindo a perda de água durante a extração e o transporte, bem como eventos climáticos físicos agudos, como secas e inundações, riscos climáticos físicos crônicos (por exemplo, aumento do nível do mar e alterações nos padrões de precipitação), ou degradação da bacia hidrográfica perto dos pontos de extração devido à intervenção humana ou às alterações climáticas. Embora o tratamento de esgoto possa servir como uma fonte valiosa de água tratada para mercados finais específicos (excluindo água potável), o processo pode introduzir potenciais impactos *downstream* nos ecossistemas e nas comunidades, dependendo da qualidade da água tratada. Além disso, o potencial transbordamento de esgotos não tratados e águas pluviais para corpos d'água usados como pontos de extração de água também podem ser uma questão. Ademais, os operadores podem enfrentar conflitos crescentes entre as partes interessadas, motivados por demandas concorrentes por recursos hídricos limitados, como a agricultura, os esforços para preservar os ecossistemas, a produção de energia hidrelétrica e outros usos de água.

Poluição

Globalmente, grandes quantidades de esgoto não tratado são lançadas no meio ambiente, onde podem contaminar corpos d'água, tornando a poluição uma preocupação material das partes interessadas para os serviços de abastecimento de água. Eles também gerenciam a poluição dos escoamentos agrícolas e descargas industriais em bacias hidrográficas. A água contaminada e os sistemas de saneamento precários, por sua vez, contribuem para a piora das condições de saúde a longo prazo, e estes eventos de saúde e segurança dos clientes podem, quando graves, deteriorar a confiança do público na empresa.

Acesso e acessibilidade

O acesso à água limpa e ao tratamento de esgoto é considerado um direito humano, e o acesso universal é um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. A acessibilidade e a confiabilidade das redes estão sob pressão dos riscos relacionados ao clima, exacerbando a materialidade para as partes interessadas. A energia e a água são serviços essenciais que fornecem suporte à saúde e ao bem-estar humanos, bem como ao desenvolvimento econômico global. As interrupções nos serviços ou os aumentos acentuados dos preços serão provavelmente amplificados pela transição energética e pelos riscos

climáticos físicos. Estas dinâmicas podem afetar o poder de compra das famílias e as forças competitivas das indústrias locais, o que as torna altamente material para as partes interessadas. Além disso, para as concessionárias de serviços de utilidade pública de água, a poluição na fonte de água pode afetar a disponibilidade e a usabilidade do abastecimento. Contudo, a confiabilidade da indústria continua elevada, e esperamos que continue assim, dado que as concessionárias de serviços de utilidade pública de água utilizam um planejamento integrado de recursos a longo prazo que dá conta destes riscos. A acessibilidade dos clientes é uma preocupação fundamental, uma vez que as contas de água e esgoto podem afetar o poder de pagamento de residências e a competitividade de indústrias locais. Em algumas jurisdições, vemos mecanismos para mitigar as preocupações de acessibilidade, com programas de assistência sob a forma de subsídios tarifários.

Riscos climáticos físicos

As concessionárias de serviços de utilidade pública de água, águas pluviais e esgoto operam ativos fixos que abrangem grandes territórios de serviços, tornando-os altamente expostos a riscos climáticos físicos. Eventos agudos, como longos períodos de seca, podem prejudicar o abastecimento de água. As inundações podem danificar as tubulações de água e esgoto e outras infraestruturas, causando interrupções nos serviços de rede para grandes populações. As inundações também podem resultar na contaminação da água, o que aumenta os custos de tratamento. Além disso, essas empresas também enfrentam riscos climáticos físicos crônicos, como o aumento do nível do mar e a alteração dos padrões de precipitação. Por exemplo, no Amapá, uma preocupação primária para o abastecimento de água é o aumento da cunha salina (o ingresso de água do mar em águas doces), o que poderia tornar algumas áreas de extração de água inadequadas para os atuais métodos de tratamento.

Impacto nas comunidades

Os impactos nas comunidades são graves para as partes interessadas, devido à proximidade das redes com os locais onde as pessoas vivem e trabalham, e aos serviços de energia e água que são essenciais para a saúde e o bem-estar da comunidade a nível global. Além disso, as interrupções dos serviços, a água potável imprópria ou contaminada e as águas residuais não tratadas representam riscos graves, e por vezes irreversíveis, para a saúde e segurança da comunidade. As concessionárias de serviços de utilidade pública de água também gerenciam recursos hídricos partilhados onde as condições de seca podem inserir *trade-offs* difíceis entre as partes interessadas da comunidade e as estações de tratamento de esgoto, que liberam odores desagradáveis e estão frequentemente localizadas em comunidades desfavorecidas.

Análise do Emissor e do Contexto

A concessão destina-se a um fornecedor *pure play* de serviços de água e esgoto com requisitos de desempenho para expandir a cobertura do serviço. A CSA foi criada no final de 2021 para assumir o sistema de água e esgoto do estado do Amapá, que anteriormente era operado pelo estado. Com os recursos da emissão, a CSA refinanciará a emissão original do título local para pagar a taxa de outorga do leilão dos direitos de concessão e financiará investimentos (capex) na ampliação e melhorias no sistema de tratamento de água e esgoto de Macapá (a cidade mais populosa do estado). Isso poderia fortalecer a estrutura de capital da empresa, suavizando o perfil de vencimento da dívida e permitindo que a CSA realizasse os investimentos obrigatórios em serviços de água e esgoto.

O financiamento está diretamente relacionada à gestão da água e da poluição – dois dos fatores de sustentabilidade mais importantes da empresa. Pelo contrato de concessão, a CSA deve investir um valor estimado de R\$ 3 bilhões ao longo dos 35 anos de concessão, visando alcançar a universalização do serviço de água para toda a população urbana do Amapá até 2033, e do esgotamento sanitário até 2039. Por exemplo, em Macapá, a empresa pretende atingir 100% de tratamento de água e 70% de tratamento de esgoto até 2030, e depois 90% de cobertura para este último até 2039. O escopo da concessão é investimento em áreas urbanas. Em 2022, a cobertura para os cerca de 800 mil habitantes do Amapá era de 40,6% para tratamento de água e 7% para esgoto. A CSA é obrigada pelo contrato de concessão a diminuir a perda de água no sistema de água tratada existente de 70% para 30% até 2030. Além disso, dos 16 ativos incorporados pela CSA da concessionária de serviço de utilidade pública estatal de água, apenas dois obtiveram licença ambiental. Como parte do contrato de concessão, a empresa deve realizar todas as etapas necessárias para que a licença ambiental do ativo seja aprovada pelo regulador

até 2024, o que pode envolver compensação ambiental (por exemplo, reflorestamento) relacionada à construção de ativos existentes. Novos ativos obterão suas licenças antes de iniciarem as operações.

A tarifa estabelecida no contrato de concessão da CSA tem desconto de 20% sobre a tarifa referencial de todo tipo de cliente e será reajustada anualmente pela inflação. O contrato de concessão inclui uma tarifa social obrigatória que a empresa aplica aos clientes de baixa renda. As práticas de engajamento de clientes da CSA frequentemente envolvem a regularização de novos clientes, uma vez que vários municípios atendidos apresentam condições habitacionais irregulares. Desde que assumiu a operação do estado, a CSA iniciou a instalação de hidrômetros e já instalou mais de 30 mil para clientes que ainda não tinham.

Por meio de campanhas publicitárias voltadas à comunidade em geral e do envolvimento ativo com lideranças comunitárias, escolas e universidades, a empresa tem buscado aumentar a conscientização pública sobre as transformações na qualidade dos serviços do setor de saneamento do Amapá que justificam alterações na estrutura do sistema de cobrança. Observamos que, nos termos do contrato de concessão, a empresa também é obrigada a reportar métricas de qualidade de seu serviço (ou seja, satisfação do cliente e eficiência na reparação).

A CSA tem mantido um diálogo ativo e aberto com as comunidades que serão conectadas às redes de tratamento de água e de esgoto. Embora a mudança de operador possa causar preocupações à comunidade, em nossa visão, a CSA demonstra relações comunitárias adequadas. Quanto ao impacto da poluição, proveniente da implantação de reatores UASB (tratamento biológico de esgoto baseado na decomposição anaeróbia de matéria orgânica), próxima às comunidades, a empresa destaca que pretende reaproveitar o biogás, subproduto do tratamento, como combustível em geradores de energia. No entanto, ressaltamos que isso ainda está sujeito a estudos de viabilidade.

A empresa ainda não realizou uma análise abrangente de cenários climáticos em seu portfólio e em novos projetos. Isso ainda que o risco climático físico seja uma consideração fundamental dado o atual contexto no Amapá, que enfrenta o período de seca mais longo desde 1980.

Avaliação de Alinhamento

Esta seção fornece uma análise do alinhamento do marco aos GBPs.

Alinhamento com os Princípios

Alinhado Parcialmente alinhado Não alinhado

GBPs da ICMA, 2021 (com Anexo 1 de junho de 2022)

Uso de recursos

Determinamos a categoria de projeto verde da transação como Verde e, portanto, considerada alinhada. O emissor compromete-se a alocar os recursos líquidos emitidos no âmbito da transação exclusivamente em um projeto verde elegível. Consulte a seção Análise de Projetos Elegíveis para obter mais informações sobre nossa análise dos benefícios ambientais e sociais do uso de recursos esperado.

A CSA usará todos os recursos líquidos para refinar a emissão original de títulos locais emitida em dezembro de 2021 e financiar o capex de ampliação e melhorias no sistema de tratamento de água e esgoto de Macapá. Esta abordagem está alinhada com a prática de mercado de um período retroativo de 24 meses para a utilização dos recursos.

Processo de avaliação e seleção de projetos

O escopo da transação está limitado ao refinanciamento da emissão original de títulos locais que financiou a taxa de outorga paga pela aquisição dos direitos de concessão para operar os serviços públicos de água e esgoto do estado do Amapá e ao financiamento do capex de ampliação e melhorias no sistema de tratamento de água e esgoto de Macapá. A transação define claramente como a concessão se enquadra na categoria de projeto elegível. Além disso, o contrato de concessão especifica os processos que a CSA deve implementar para garantir que os riscos ambientais e sociais associados aos seus projetos sejam identificados e gerenciados.

Gestão de recursos

A CSA possui um processo em que o agente fiduciário acompanhará o pagamento integral da emissão de títulos locais existentes da empresa. O agente fiduciário também é responsável pelas cláusulas de pagamento antecipado da dívida caso a empresa não cumpra a alocação definida. O documento da transação afirma ainda que a alocação temporária dos recursos líquidos será administrada de acordo com a política de investimentos da CSA, restrita a títulos do tesouro e certificados de depósitos bancários.

Reporte

A CSA compromete-se a fornecer um relatório anual sobre a alocação de fundos e o impacto ambiental em sua operação dos serviços de abastecimento de água e saneamento até a alocação completa. A publicação do primeiro relatório será feita nos 24 meses seguintes a partir da data de emissão. Além disso, o contrato de concessão especifica algumas métricas de desempenho ambiental sobre as quais a CSA irá reportar.

Análise de Projetos Elegíveis

Esta seção fornece detalhes de nossa análise de projetos elegíveis, com base em seus benefícios e riscos ambientais, utilizando a metodologia Shades of Green.

A empresa compromete-se a alocar os recursos líquidos de sua emissão de títulos locais para refinaranciar a emissão de títulos locais original, que foi usada para pagar a taxa de outorga do leilão pelos direitos de operação dos serviços públicos de água e esgoto no estado do Amapá, e financiar o capex de ampliação e melhorias no sistema de tratamento de água e esgoto de Macapá. Portanto, todos os recursos serão alocados para a gestão sustentável de água e esgoto.

A concessão (projeto elegível) inclui ativos que começaram a operar ou entraram em operação antes da emissão das debêntures verdes. Em 2022, a extensão da rede de água e esgoto do estado do Amapá era de 1.074 quilômetros (km) de água e 119 km de esgoto, e 95% do sistema de água e esgoto funciona com energias renováveis.

A transação não inclui critério de exclusão. Investimentos podem incluir a aquisição de produtos químicos, cuja produção tem alto risco ambiental, para tratamento de águas. Entretanto, esses produtos químicos são uma parte essencial do tratamento de água.

Avaliação Shades of Green geral

Com base nas categorias de projetos detalhadas abaixo, bem como na alocação esperada de recursos e considerando o benefício ambiental que será proporcionado pelo tratamento de uma quantidade relevante de esgoto que é atualmente disposta no meio ambiente (que esperamos relacionar-se com cerca de 70% do capex da concessão), avaliamos a transação como Verde médio.

Categorias de projetos verdes

Gestão sustentável de água e esgoto

Avaliação

Descrição

Ampliação e melhorias no sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário do município de Macapá e pagamento de outorga referente ao contrato de concessão para prestação regionalizada dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário dos municípios do Estado do Amapá. O projeto visa ampliar a cobertura urbana de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, reduzir as perdas na distribuição e melhorar a regularidade no fornecimento de água em Macapá, beneficiando 522.357 habitantes do município e também visa o pagamento da outorga relativa ao contrato de concessão para prestação regionalizada dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos 16 municípios do Amapá, que abrange 753.000 habitantes.

 Verde médio a claro

Considerações analíticas

- A gestão e tratamento de esgoto em áreas que atualmente liberam esgoto no meio ambiente são de grande importância ambiental do ponto de vista da prevenção e controle da poluição. O esgoto não tratado contribui para o excesso de nutrientes nos cursos d'água, o que, por sua vez, pode resultar na perda de biodiversidade e ter efeitos prejudiciais no ecossistema. Até o final de 2039, a CSA é obrigada a atingir uma taxa de tratamento de esgoto de 90% para o estado do Amapá, que deverá ter uma população superior a um milhão de pessoas até lá. Isto resulta em um aumento substancial em relação ao alcance atual da concessão. A evolução da taxa de cobertura de tratamento de esgoto irá variar por município.
- A identificação dos riscos climáticos físicos da CSA está ainda nos primeiros passos. Não vemos nenhuma evidência da utilização de cenários de mudanças climática de médio ou longo prazo para informar os planos de adaptação da empresa. Consideramos isso uma vulnerabilidade significativa, dado o contexto atual no Amapá, que enfrenta o período de seca mais

Verde médio











Atividades que representam passos significativos em direção a um futuro LCCR, mas serão necessárias melhorias adicionais para constituírem soluções de longo prazo LCCR.

Nossa [Abordagem Analítica: Avaliações Shades of Green](#) >

longo desde 1980, e que está exposto a uma maior salinidade na sua água doce devido ao aumento do nível do mar. Em nossa opinião, a disponibilidade de água não foi e não esperamos que seja afetada por longos períodos de seca, dado que 84% do sistema é abastecido pelo Rio Amazonas, bem como devido à presença dos aquíferos Alter do Chão e Barreiras. Contudo, no município de Calçoene, o aumento da salinidade levou ao estabelecimento de um novo ponto de extração devido à inviabilidade de utilização do anterior durante determinados períodos.

- 95% dos sistemas de água e esgoto existentes da CSA funcionam atualmente com energias renováveis e a empresa compromete-se a manter este nível. Além disso, os novos sistemas de água da CSA utilizarão captações superficiais com menor impacto ambiental, através da instalação de estruturas flutuantes nos rios, o que consideramos positivo.
- A gestão e o tratamento de esgoto também são importantes da perspectiva climática, tanto para reduzir as emissões como para melhorar a resiliência. Atualmente, a única estação de tratamento de esgoto existente da CSA não possui controles sobre as emissões de metano. A empresa planeja integrar soluções de redução de emissões de metano e óxido nitroso para o seu sistema de esgoto já existente e para o novo, juntamente com a implementação de soluções circulares para a gestão de lodo. No entanto, consideramos que estes ainda estão em estudos de viabilidade.
- Aprimorar a eficiência hídrica e a gestão da demanda de água pode reduzir as emissões, aumentar a resiliência e limitar os impactos ambientais locais negativos decorrentes do uso excessivo da água. De acordo com o seu contrato de concessão, a CSA é obrigada a diminuir a perda de água no sistema de água tratada existente de 70% para 30% até 2030. Até o primeiro semestre de 2023, a empresa conseguiu melhorar as perdas para 60% e também realizou campanhas de consumo consciente durante o recente período de seca no Amapá.
- A empresa atualmente não possui compromissos para reduzir as emissões incorporadas (ou seja, todo o dióxido de carbono emitido na produção de materiais ou na utilização de equipamentos abastecidos com combustíveis fósseis) de materiais de construção e equipamentos que utilizam combustíveis fósseis para a construção das suas novas redes. Também não há compromissos de redução das emissões incorporadas provenientes da aquisição de produtos químicos para as suas estações de tratamento de água, o que consideramos uma limitação. Segundo o emissor, a CSA terá como objetivo incorporar as melhores práticas de mercado na triagem dos fornecedores de materiais e equipamentos com critérios de sustentabilidade.

Avaliação Shades of Green da S&P Global Ratings

Avaliações					
 Verde escuro	 Verde médio	 Verde claro	 Amarelo	 Laranja	 Vermelho
Descrição					
Atividades que correspondem à visão de longo prazo de um futuro LCCR.	Atividades que representam passos significativos em direção a um futuro LCCR, mas serão necessárias melhorias adicionais para constituírem soluções de longo prazo LCCR.	Atividades que representam etapas de transição de curto prazo que evitam o lock-in de emissões, mas não representam soluções LCCR de longo prazo.	Atividades que não têm impacto material na transição a um futuro LCCR, ou, Atividades que têm alguma inconsistência potencial com a transição a um futuro LCCR, embora mitigado pelas medidas de transição existentes.	Atividades que atualmente não são consistentes com a transição a um futuro LCCR. Estas incluem atividades com potencial moderado de lock-in de emissões e risco de stranded assets.	Atividades que são inconsistentes com, e provavelmente impedirão, a transição necessária para alcançar o futuro LCCR no longo prazo. Estas atividades têm a intensidade mais alta de emissões, com o maior potencial para lock-in de emissões e risco de <i>stranded assets</i> .
Exemplos de projetos					
 Usinas solares	 Edifícios com consumo eficiente de energia	 Veículos rodoviários híbridos	 Serviços de assistência médica	 Fabricação convencional de aço	 Novas explorações de petróleo

LCCR (low-carbon climate resilient): Resiliente ao clima e de baixo carbono. Um futuro LCCR é um futuro alinhado com o Acordo de Paris, em que o aumento da temperatura média global é mantido abaixo de 2 graus Celsius (2° C), com esforços para limitá-lo a 1,5° C acima dos níveis pré-industriais, enquanto se desenvolve resiliência ao impacto adverso da mudança climática e a obtenção de resultados sustentáveis para os objetivos ambientais climáticos e não climáticos. Longo prazo e curto prazo: Para fins desta análise, consideramos longo prazo após meados do século 21 e curto prazo como a próxima década. Lock-in de emissões: Quando uma atividade atrasa ou impede a transição para alternativas de baixo carbono, perpetuando ativos ou processos (muitas vezes usando combustível fóssil e suas emissões correspondentes de gases de efeito estufa) que não estão alinhados ou não podem se adaptar a um futuro LCCR. Stranded assets: Ativos que foram baixados a prejuízo de forma antecipada ou precoce, sofreram desvalorização ou foram convertidos em passivos (conforme definido pela Universidade de Oxford).

Fonte: S&P Global Ratings

Copyright © 2023 por Standard & Poor's Financial Services LLC. Todos os direitos reservados.

Artigos Relacionados

- [Lost Water: Challenges And Opportunities](#), 6 de setembro de 2023
- [Abordagem Analítica: Pareceres de Segunda Opinião: Uso de Recursos](#), 27 de julho de 2023
- [Abordagem Analítica: Avaliações Shades of Green](#), 27 de julho de 2023
- [Perguntas Mais Frequentes: Aplicando Nossa Abordagem Analítica Integrada Sobre Uso de Recursos para Pareceres de Segunda Opinião](#), 27 de julho de 2023
- [Marco regulatório do saneamento básico no Brasil permanece fragmentado, apesar das recentes mudanças](#), 8 de maio de 2023
- [S&P Global Ratings ESG Materiality Maps](#), 20 de julho de 2022

Contatos Analíticos

Analistas principais

Victor Laudisio

São Paulo
55 (11) 3039-4834
victor.laudisio
@spglobal.com

Déborah Siqueira

São Paulo
deborah.siqueira
@spglobal.com

Contatos analíticos adicionais

Bruno Ferreira

São Paulo
55 (11) 3039-9798
bruno.ferreira
@spglobal.com

Julyana Yokota

São Paulo
55 (11) 3039-9731
julyana.yokota
@spglobal.com

Rafael Janequine, CFA

São Paulo
55 (11) 3039-9786
rafael.janequine
@spglobal.com

Contribuição adicional

Beth Burks

Londres

Catherine Rothacker

Oslo

Erin Boeke Burke

Nova York

Sachin Powani

Mumbai

Parecer de segunda opinião: Debêntures verdes de R\$ 955 milhões da Concessionária de Saneamento do Amapá S.A.

A Standard & Poor's Financial Services LLC ou suas afiliadas (aqui denominadas coletivamente S&P) recebem compensação para fornecer o produto intitulado Opiniões de Financiamento Sustentável (Produto). A S&P também pode receber compensação para avaliar as transações cobertas pelo Produto ou para avaliar o emissor das transações cobertas pelo Produto. O comprador do Produto pode ser o emissor.

O Produto não é um rating de crédito e não considera a qualidade creditícia ou o incorpora em nossos ratings de crédito. O Produto não considera, nem declara nem implica a probabilidade de conclusão de quaisquer projetos cobertos por um determinado financiamento ou a conclusão de um financiamento proposto. O Produto inclui o Parecer de Segunda Opinião e as Avaliações das Transações. O Parecer de Segunda Opinião considera as características de uma transação de financiamento e/ou a estrutura de financiamento e oferece uma opinião sobre o alinhamento a determinados princípios e diretrizes de finanças sustentáveis publicadas por terceiros (Princípios). Para obter uma lista dos Princípios abordados por nossos Pareceres de Segunda Opinião, consulte o relatório Analytical Approach and Analytical Supplement, disponível em www.spglobal.com. As Avaliações de Transações oferecem uma opinião que reflete nossa avaliação do potencial benefício ambiental relativo dos projetos financiados ou de resiliência. O Produto é a declaração de uma opinião e não é nem uma verificação nem uma certificação. O Produto é uma avaliação pontual que reflete as informações que nos foram submetidas no momento em que o Produto foi criado e publicado e não é monitorado. O Produto não é uma análise e não foi concebido como tal.

Ratings de crédito, opiniões, análises, decisões de reconhecimento de rating da S&P, quaisquer visões refletidas no Produto e no resultado do Produto não são conselhos de investimento, nem recomendações sobre decisões de crédito, nem recomendações para comprar, manter ou vender quaisquer títulos ou para tomar quaisquer decisões de investimento, nem uma oferta de compra ou venda ou solicitação de uma oferta para comprar ou vender qualquer título, nem endossos de adequação de qualquer título, nem endossos da precisão de quaisquer dados ou conclusões fornecidas pelo Produto, ou verificação independente de qualquer informação utilizada no processo de rating de crédito. O Produto e quaisquer apresentações associadas não incorporam os objetivos financeiros de nenhum usuário, nem situação financeira, nem necessidades ou meios, e os usuários não devem utilizar o Produto como base para a tomada de quaisquer decisões de investimento. O resultado do Produto não é um substituto para o julgamento e a experiência independente de um usuário. O resultado do Produto não é um aconselhamento profissional financeiro, nem tributário nem jurídico, e os usuários devem obter aconselhamento profissional independente, conforme determinado pelos usuários.

Apesar de a S&P ter obtido informações de fontes que acredita serem confiáveis, a S&P não realiza auditoria e nem assume o dever de due diligence ou de verificação independente de qualquer informação que recebe.

A S&P e quaisquer terceiros fornecedores, bem como seus diretores, executivos, acionistas, funcionários ou agentes (coletivamente aqui denominados como Partes da S&P) não garantem a precisão, nem a integridade, nem a tempestividade nem a disponibilidade do Produto. As Partes da S&P não são responsáveis por quaisquer erros ou omissões (por negligência ou não), independentemente da causa, pela confiança no uso de informações contidas no Produto, ou pela segurança ou manutenção de qualquer informação transmitida pela Internet, ou pela precisão das informações no Produto. O Produto é fornecido "NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRA". AS PARTES DA S&P NÃO FAZEM REPRESENTAÇÕES OU PRESTAM GARANTIAS, EXPRESSAS OU IMPLÍCITAS, INCLUSIVE, MAS NÃO SE LIMITANDO À, EXATIDÃO, RESULTADOS, TEMPESTIVIDADE, INTEGRIDADE, COMERCIALIZAÇÃO OU ADEQUAÇÃO A QUALQUER PROPÓSITO ESPECÍFICO COM RELAÇÃO AO PRODUTO, OU PELA SEGURANÇA DO WEBSITE PELO QUAL O PRODUTO É ACESSADO. As Partes da S&P não têm responsabilidade de manter ou atualizar o Produto ou de fornecer quaisquer correções, atualizações ou divulgações pertinentes a ele. As Partes da S&P não têm nenhuma responsabilidade pela precisão, tempestividade, confiabilidade, desempenho, disponibilidade contínua, integridade ou atrasos, omissões ou interrupções na entrega do Produto.

Na medida permitida por lei, em nenhum caso as Partes da S&P serão responsáveis perante quaisquer partes por quaisquer danos diretos, indiretos, incidentais, exemplares, compensatórios, punitivos, especiais ou consequenciais, custos, despesas, honorários advocatícios ou perdas (incluindo, sem limitação, perda de renda ou lucros perdidos e custos ou perdas de oportunidade causadas por negligência, perda de dados, custo de materiais substitutos, custo de capital ou reclamações de quaisquer terceiros) relacionados a qualquer uso do Produto, mesmo se avisada da possibilidade de tais danos.

A S&P mantém uma separação entre as atividades comerciais e analíticas e mantém determinadas atividades de suas unidades de negócios separadas umas das outras a fim de preservar a independência e a objetividade de suas respectivas atividades. Por consequência, determinadas unidades de negócios da S&P podem ter informações que não estão disponíveis a outras unidades de negócios da S&P. A S&P estabeleceu políticas e procedimentos para manter a confidencialidade de certas informações não públicas recebidas referentes a cada processo analítico.

Apenas para a República Popular da China (RPC): quaisquer "Opiniões de Financiamento Sustentável" ou "avaliação" atribuída pela S&P Global Ratings: (a) não constitui nem um rating de crédito, nem rating, nem verificação da estrutura de financiamento sustentável, nem certificação e nem avaliação conforme exigido por quaisquer leis ou regulações relevantes da RPC, e (b) não se destina à utilização dentro da RPC para qualquer finalidade que não seja permitida pelas leis ou regulações relevantes da RPC. Para os fins desta seção, "RPC" refere-se ao continente da República Popular da China, excluindo Hong Kong, Macau e Taiwan.

Copyright © 2023 da Standard & Poor's Financial Services LLC. Todos os direitos reservados.